

UMA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DESENVOLVIMENTISTAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: REGIME DE CRESCIMENTO, ESTRUTURA PRODUTIVA E CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Maxwell Pivesso¹

Dimitri Barranhicwecz Tenfen²

ÁREA 2: Desenvolvimento Econômico

RESUMO

Este estudo destina-se a evidenciar a importância da compatibilidade entre o conjunto de políticas com o regime de crescimento determinado pela estrutura distributiva nas alternativas ao desenvolvimento brasileiro. Com este objetivo, se analisa o regime de crescimento, política econômica e padrão de crescimento brasileiro no período atual, o processo de mudança estrutural e desenvolvimento brasileiro, para então avaliar as estratégias desenvolvimentistas propostas pelo novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo. As análises evidenciam as distinções dos regimes de crescimento e padrões de crescimento, além de caracterizar o processo de mudança estrutural no crescimento econômico. Em nossa análise, constatamos que a economia brasileira se caracteriza por um regime de crescimento do tipo *wage-led*, uma estrutura produtiva pouco diversificada, baixa produtividade e desigualdade intermediária de renda, evidenciando que políticas voltadas ao mercado interno e a um maior investimento em capacidades tecnológicas constituem uma estratégia muito mais confiável para promover um crescimento sustentável com equidade.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento brasileiro; Regime de crescimento; Estrutura produtiva; Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

This paper aims to evidence the importance of the compatibility of the set of policies with the growth regime determined by the distributive structure in the alternatives to Brazilian development. With this objective, we analyze the growth regime, economic policy and Brazilian growth pattern in the current period, the process of structural change and Brazilian development, to evaluate the developmental strategies proposed by new-developmentalism and social-developmentalism. The analyzes highlight the distinctions of growth regimes and growth patterns, as well as characterize the process of structural change in economic growth. In our analysis, we find that the Brazilian economy is characterized by a wage-led growth regime, a little diversified productive structure, low productivity and intermediate income inequality, indicating that domestic market policies and increased investment in technology capabilities are a much more reliable strategy to promote sustainable growth with equity.

KEYWORDS: Brazilian development; Growth regime; Productive structure; Developmentalism.

JEL CLASSIFICATION: B5; O10; O11; O14.

¹ Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS). E-mail para contato: maxwellpivesso@gmail.com.

² Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS). E-mail para contato: dimitribarranhicwecz@hotmail.com.

1 Introdução

Após um longo período de dominância do paradigma neoliberal sobre o mundo, e também no Brasil, sua incapacidade de entregar um crescimento sustentável e robusto fez com que o desenvolvimento voltasse a ser discutido como uma estratégia deliberada de Estado e não apenas vista como um resultado dos efeitos dos mecanismos de mercado sobre a economia. No Brasil, o debate foi sustentado pelo recente desempenho brasileiro nos anos 2000, o qual mostrou ser possível obter um maior crescimento – em comparação com o período neoliberal – aliado a uma melhor distribuição da renda.

A teoria neoclássica identifica o desenvolvimento, ou crescimento, como um fenômeno dirigido pelo mercado – *supply-side* – que oferece maior alocação de recursos e produtividade. A perspectiva do desenvolvimentismo está associada ao pensamento heterodoxo na medida em que vê um papel central para o Estado no processo de crescimento e na transformação social. Também vê o lado da demanda da economia como fornecedora das principais forças que impulsionam o desenvolvimento, ou seja, consumo, investimento e exportações. No entanto, há um desacordo dentro desta perspectiva em relação a qual tipo de demanda é responsável por impulsionar o desenvolvimento.

O atual debate brasileiro apresenta duas vertentes heterodoxas que se veem como opostas entre suas estratégias de desenvolvimento – novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo – uma estratégia puxada pelo crescimento do mercado interno e outra puxada pelo crescimento das exportações. O novo-desenvolvimentismo está associado aos trabalhos de Bresser-Pereira (2004; 2006; 2011) e vê a taxa de câmbio como principal instrumento de política para a viabilização desta estratégia. As reflexões envolvendo o social-desenvolvimentismo são ainda fragmentadas e com menor inserção na academia, tendo resultado em grande medida de debates partidários e políticas de governo, e vê na distribuição da renda a variável capaz de dinamizar a economia, através do consumo de massas.

Ambas as vertentes procuram desenvolver estratégias, que em suas visões seriam as mais adequadas para o desenvolvimento brasileiro. No entanto, quando este assunto é abordado, pouco se diz sobre a viabilidade das estratégias levando-se em conta os regimes de crescimento e estrutura produtiva existente. Como pretendemos esclarecer, qualquer que seja a estratégia adotada, seu resultado estará intimamente ligado com o regime e estrutura que a economia brasileira apresenta.

Deste modo, além desta introdução, o presente trabalho contém mais cinco seções. A seção (2) pretende mostrar a relação existente entre regime de crescimento, política econômica e padrões de crescimento. Na seção (3) procuramos relacionar a mudança estrutural com o crescimento econômico e o processo de desenvolvimento. A seção (4), por sua vez, procuramos discutir as características dos conjuntos de políticas recomendadas pelo novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo, além de identificar os tipos de regime de crescimento e estrutura produtiva em que tais vertentes procuram se inserir. Na seção (4) pretendemos distinguir o regime de crescimento, assim como a estrutura produtiva, apresentado pela economia brasileira, a partir de dados macroeconômicos e trabalhos empíricos mais recentes disponíveis e tecer breves comentários quanto à viabilidade das estratégias apresentadas. Por fim, apresentamos nossas considerações finais na seção (5) do artigo.

2 Regimes de crescimento e política econômica

A relação entre distribuição da renda e crescimento econômico foi tema central das análises macroeconômicas na economia clássica, contudo com a dominância do paradigma neoclássico no século 20, as questões distributivas ocuparam um lugar secundário, uma vez que a distribuição da renda é assumida ser regulada pelas relações de produtividade marginal e pelas forças de oferta e demanda do mercado. Porém, estas relações não se sustentam em um mundo dinâmico em que há em jogo competição imperfeita, poder econômico e social. Neste mundo diferente do assumido pela economia neoclássica, as forças de mercado não produziram resultados ótimos e, portanto, pode haver espaço para modificações na distribuição da renda.

Em contraste com a economia clássica, a literatura keynesiana-kaleckiana busca articular a lógica da demanda efetiva com o conflito distributivo inerente à relação capital-trabalho que as economias capitalistas apresentam. Com base no trabalho seminal de Bhaduri e Marglin (1990), as economias podem apresentar dois tipos de regime de crescimento, isto é, *wage-led* e *profit-led* – se a demanda agregada responde positivamente a uma mudança na distribuição funcional da renda em prol dos salários, então o regime é caracterizado como *wage-led*; e alternativamente, se a demanda agregada responde positivamente a uma mudança em prol dos lucros, então o regime se define como *profit-led*.

Os modelos de tradição kaleckiana procuram enfatizar os fatores de demanda tendo como centro a estrutura distributiva presente em determinada economia, contudo, a distribuição da renda é resultado de um complexo processo econômico e social, no qual diversos outros fatores devem ser levados em consideração, como a propensão a consumir dos vários estratos de renda, a sensibilidade dos empresários à mudança nas margens de lucro, mudanças tecnológicas, globalização, políticas comerciais, financeirização e desregulação do sistema financeiro. Entretanto, governos podem influenciar diretamente a estrutura através de políticas sociais, regulações no mercado de trabalho ou na legislação tributária (LAVOIE; STOCKHAMMER, 2012; FERRARI FILHO; FONSECA, 2015; FERRARI FILHO; PAULA, 2016).

Lavoie e Stockhammer (2012) argumentam que existem dois conjuntos de políticas distributivas a qual o governo pode escolher, são as políticas distributivas pró-capital e as políticas distributivas pró-trabalho. As primeiras levam a uma diminuição da parcela dos salários na renda nacional no longo-prazo e usualmente estão associadas com a promoção da flexibilização do mercado de trabalho, incluindo medidas que enfraquecem os sindicatos, o poder de barganha dos trabalhadores e a legislação de proteção trabalhista, assim como medidas que visam diminuir o salário mínimo. Há também medidas secundárias que alteram a distribuição da renda em favor dos lucros e mais ricos, como diminuição dos impostos sobre ganhos de capital. Em geral, políticas pró-capital impõem moderação salarial.

Em contraste, as políticas pró-trabalho levam a um aumento da parcela dos salários na renda nacional no longo-prazo e estão associadas com o fortalecimento do estado de bem-estar social, das instituições de mercado de trabalho, dos sindicatos e do poder de barganha dos trabalhadores, assim como aumento do salário mínimo e salários reais e da diminuição da heterogeneidade salarial.

Qualquer que seja o regime de crescimento em que determinada economia se encontra, este depende da estrutura econômica presente, ou seja, dependerá da estrutura produtiva e distributiva da renda existente, de fatores comportamentais, das instituições econômicas, assim como das várias formas de políticas de governo.

A saber, a natureza do regime de crescimento não é definida por uma simples escolha de política econômica, mas é determinada pela estrutura institucional econômica e suas interações. Tal interação é chamada por Ferrari Filho e Fonseca (2015) de padrão de crescimento, ou seja, existe uma variável principal que dinamiza o crescimento – chamada de variável desencadeadora – e a interação entre a variável desencadeadora e os componentes da demanda agregada formariam o que os autores chamam de padrão de crescimento. Para esses autores o padrão de crescimento por não se reproduzir espontaneamente, necessita da política econômica certa – compreendida não somente pelas políticas macroeconômicas típicas de estabilização, mas também de políticas fins³ e mudanças estruturais e institucionais⁴.

Dito isso, vemos que o padrão de crescimento não exige somente a escolha da variável desencadeadora, mas da escolha do conjunto de políticas as quais são capazes de assegurar a interação entre a variável desencadeadora e os componentes da demanda agregada de modo a fomentar o crescimento econômico.

³ Compreendidas como políticas que intervêm horizontalmente ou verticalmente nos segmentos ou setores, tais como políticas industriais, agrárias, tecnológicas e semelhantes.

⁴ Estas são “mudanças de maior alcance que possuem impactos no longo-prazo, em leis, códigos, “regras do jogo”, delimitação de direitos de propriedade, assim como na criação de empresas e agências estatais – ou mesmo privadas ou não governamentais. Além disso, tais mudanças influenciam e são influenciadas por hábitos, preferências e convenções, atuais ou mesmo incorporadas culturalmente em cada sociedade” (FERRARI FILHO; FONSECA, 2015, p. 94).

Retomando o argumento das políticas distributivas, entre os dois conjuntos de políticas e os dois tipos de regime de crescimento, quatro combinações são possíveis como mostra a Tabela (1). Se uma política distributiva pró-capital for posta em prática em uma economia *profit-led*, isto resultará em um processo de crescimento liderado pelos lucros. Inversamente, se uma política pró-trabalho for perseguida em uma economia *wage-led*, isto resultará em um processo de crescimento liderado pelos salários. Entretanto, se uma política pró-capital for perseguida em uma economia *wage-led* ou uma política pró-trabalho em uma economia *profit-led*, resultará em estagnação. “Na prática, políticas e regimes inconsistentes entre si provavelmente evoluirão para padrões de crescimento instáveis, os quais o crescimento estará dependente da estimulação de fatores externos” (LAVOIE e STOCKHAMMER, 2012, p. 6).

Tabela 1 – Viabilidade dos regimes de crescimento

		Políticas distributivas			
		Pró-capital		Pró-trabalho	
Regime econômico ⁵	<i>Profit-led</i>	(1)	Processo de crescimento liderado pelos lucros	(2)	Processo de crescimento instável ou estagnação
	<i>Wage-led</i>	(3)	Processo de crescimento instável ou estagnação	(4)	Processo de crescimento liderado pelos salários

Fonte: Lavoie e Stockhammer (2012).

Podemos, a partir da Tabela (1), relacionar cada célula com diferentes ideologias políticas. A primeira célula poderia ser chamada de neoliberalismo em teoria, sendo o conjunto de políticas adotadas compatível com o que é usualmente chamado de *trickle-down economics*. A célula (4) resumiria as características-chaves do que muitos economistas (MARGLIN e SCHOR, 1990) chamaram de era de ouro do capitalismo, com a expansão do estado de bem-estar social. A célula (2) representaria o cenário que liberais dizem que irá acontecer caso reformas sociais progressivas fossem implementadas. Por fim, a terceira célula, representaria a proposta neoliberal (primeira célula) na prática, a qual tem gerado ao longo das últimas décadas uma baixa *performance* econômica se comparada com a era de ouro. Essa proposta na prática tem apresentado forte dependência do setor financeiro ou da demanda externa, a qual tem gerado instabilidade econômica e financeira nos países. A dependência nesses setores externos constitui uma forma de contornar o baixo crescimento inerente da contradição entre uma política pró-capital sendo almejada pela sociedade e características intrínsecas de um regime econômico do tipo *wage-led* (LAVOIE e STOCKHAMMER, 2012).

As perspectivas heterodoxas, como dito anteriormente, enfatizam os estímulos da demanda como o principal motor do crescimento. A demanda pode ser externamente ou internamente estimulada, assim como pode ser demandada pelo setor público ou privado. Com a dominância da ideologia neoliberal pelo mundo e com o aumento da globalização e efeitos de financeirização das economias, Hein e Mundt (2012) apresentam uma taxonomia que divide os países em quatro grupos de acordo com a fonte de estímulo de demanda: a) *debt-led consumption boom*; b) *strongly export-led mercantilist*; c) *domestic demand-led*; e d) *weakly export-led*.

As economias do tipo *export-led* compensariam a queda da demanda, devido à diminuição da parcela dos salários na renda nacional, com superávits em suas balanças comerciais. O crescimento seria via aumento das exportações e a diferença entre os tipos estaria na força da demanda interna, o que nos retornaria o grau de dependência dessas economias quanto às exportações.

Tanto economias *debt-led* quanto *domestic demand-led* são estimuladas pelo aumento do consumo doméstico, entretanto o primeiro tipo apresenta altos níveis de endividamento – especialmente as famílias – tendo como resultado déficits nos balanços financeiros tanto público quanto privado. Diferentemente, no segundo, é verificado superávits nos balanços financeiros ou do setor privado ou do setor público⁶. Ambos os tipos apresentam consideráveis déficits na balança comercial.

⁵ Assumimos aqui que tanto o regime de demanda quanto o regime de produtividade reagem em direção similar às mudanças distributivas.

⁶ Ressaltamos aqui que, por identidade, o balanço financeiro do setor privado é igual à soma dos balanços financeiros do setor público e do setor externo. Assim, como em ambos os padrões de crescimento o balanço do setor externo é superavitário –

A redistribuição à custa de baixos rendimentos salariais e da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, associada às políticas neoliberais e à financeirização, contribuiu para a instabilidade macroeconômica das economias capitalistas, como é mostrado por Hein e Mundt (2012). Todos os padrões de crescimento presentes na taxonomia desenvolvida pelos autores são resultados do neoliberalismo e, podem ser encaixados dentro da terminologia “neoliberalismo em prática” que persegue uma estratégia baseada em políticas distributivas pró-capital em uma estrutura econômica essencialmente *wage-led*⁷.

Tal estratégia conduzirá à estagnação – ou deve confiar em fatores externos para estimular o crescimento. Na verdade, esse último caracterizou o desempenho do neoliberalismo em prática. Em vez de gerar um caminho de crescimento robusto com base no aumento das margens de lucros e das participações nos lucros⁸, o neoliberalismo na prática baseou-se em bolhas financeiras e aumento do endividamento (...) ou baseou-se em uma estratégia mercantilista baseada sobre os excedentes de exportação (LAVOIE e STOCKHAMMER, 2012, p. 22).

3 Mudança estrutural e crescimento econômico

Como ressaltado na seção anterior, o regime de crescimento – assim como o padrão de crescimento – são resultados da estrutura e instituições econômicas presentes e por suas interações, entretanto muito do debate acerca dos regimes de crescimento, apesar de reconhecerem a importância de uma política industrial para o crescimento econômico, tendem a ignorar as mudanças estruturais ocorridas e os caminhos pelos quais os aspectos estruturais da economia afetam as opções de política econômica e o crescimento (DE MEDEIROS; TREBAT, 2016). Além disso, a mudança estrutural é vista como resultado de mudanças nos parâmetros – institucionais e comportamentais – que ligam a distribuição da renda à acumulação de capital.

O desenvolvimento implica em mudança estrutural. As economias que conseguem sair da pobreza e enriquecer são aquelas que conseguem diversificar a agricultura e a indústria. A mudança estrutural ocorre à medida que a mão-de-obra e outros recursos passam da agricultura para as atividades econômicas modernas, assim a produtividade geral aumenta e a renda se expande. A velocidade com que essa transformação estrutural ocorre é o fator-chave que diferencia os países bem-sucedidos dos malsucedidos (MCMILLAN; RODRIK, 2011).

A teoria estruturalista do desenvolvimento busca identificar as razões pelas quais os níveis de produtividade, crescimento e renda per capita se reduzem ou se expandem ao longo do tempo na economia mundial e nas economias menos desenvolvidas. O progresso técnico se mostra como ponto de partida de tal análise por penetrar de forma assimétrica nos diferentes países, gerando uma estrutura diversificada e homogênea no centro, e especializada e heterogênea na periferia (CIMOLI; PORCILE, 2013).

Ainda dentro desta perspectiva, o crescimento do produto dependeria do crescimento da demanda interna, das exportações, da substituição das importações e das mudanças nos coeficientes de insumo-produto, ou seja,

(...) à medida que a economia evolui, as interações entre esses componentes altera a estrutura de crescimento e distribuição da renda, o que acaba por levar à mudanças em políticas industriais e tecnológicas. Por outro lado, a distribuição da renda e as políticas industriais também afetam o crescimento econômico. (DE MEDEIROS; TREBAT, 2016, p. 5).

A identificação de padrões de crescimento industrial que estabelecem relações entre a estrutura produtiva, mudança estrutural e crescimento econômico, buscam encontrar padrões de mudança estrutural que possam ser aplicados a diferentes países em diferentes momentos do tempo. Desta forma – além de permitirem inferir os tipos de mudanças econômicas que resultam da industrialização – possibilitam a

balança comercial deficitária – a igualdade se mantém através dos demais balanços, podendo ser ambos deficitários, ou apenas um deles (HEIN, 2012).

⁷ Diversos estudos indicam que a maioria dos países possuem um regime de demanda total do tipo *wage-led*, como Bowles e Boyer (1995), Naastepad e Storm (2007), Hein e Vogel (2008) e Onaran e Galanis (2012), entre outros.

⁸ Para esses autores o “neoliberalismo em teoria” é um regime estritamente do tipo *profit-led*.

sugestão de algumas das causas e consequências da divergência em relação a estes padrões (CARVALHO; KUPFER, 2011).

A mudança estrutural e a industrialização são vistas como condições *sine qua non* para o desenvolvimento econômico. Através de um olhar kaldoriano, o nível de demanda agregada dos países seria resultado de diferenças nas estruturas produtivas, com o setor industrial no centro dessa abordagem por apresentar retornos crescentes de escala e influenciar o crescimento da produtividade de toda a economia (LAMONICA; FEIJÓ, 2011). O papel central da indústria nesse processo – principalmente a manufatureira – é explicado pelas leis de Kaldor (THIRLWALL, 1983), através de proposições quanto à dinâmica das economias capitalistas, consistindo em: *i*) existe uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto; *ii*) há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade do trabalho na indústria e o crescimento do produto industrial; *iii*) quanto maior a taxa de crescimento do produto industrial, maior será o crescimento da taxa de produtividade nos demais setores; *iv*) conforme a transferência de trabalhadores de atividades com retornos decrescentes à indústria diminui, o crescimento da produtividade induzido pela indústria também o fará; *v*) o crescimento da indústria de longo-prazo não é restringido pela oferta de trabalho, mas pela demanda por exportações; e *vi*) quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior será o crescimento econômico.

A primeira lei estabelece que quanto maior o crescimento relativo da indústria frente aos demais setores, maior será o crescimento do produto. Por ser o setor mais dinâmico e difusor de inovações, a indústria é vista como o motor de crescimento da economia. A segunda lei, também chamada de Kaldor-Verdoorn, estabelece uma relação de causalidade entre o crescimento da produtividade e o crescimento da produção, ou seja, o crescimento da demanda industrial acarretaria em uma elevação da produção que na presença de economias de escala dinâmicas aumentaria a produtividade nestes setores (LAMONICA; FEIJÓ, 2011). A terceira lei, considerada uma consequência da segunda, afirma que quanto maior for o crescimento do produto industrial maior será a produtividade dos demais setores, isso ocorre devido à transferência de trabalhadores de atividades com retornos decrescentes – por exemplo, como a agricultura – para o setor industrial que apresenta retornos crescentes ou dinâmicos de escala, no qual uma redução no montante da quantidade de trabalhadores dos setores mais tradicionais aumentaria sua produtividade (THIRLWALL, 1983). A quinta e sexta proposições se referem ao papel da demanda para o crescimento do produto industrial, ou econômico. Em estágios mais avançados de desenvolvimento econômico para uma economia aberta, apenas a demanda interna seria insuficiente para manter o crescimento econômico, pois uma vez que a manufatura cresce a taxas relativas superiores aos demais setores, esta dependerá da importação de insumos para sustentar o crescimento, podendo acarretar em problemas na Balança de Pagamentos.

Deste modo, o aumento na taxa de crescimento das exportações permitiria o relaxamento da restrição imposta pela condição de equilíbrio no Balanço de Pagamentos, permitindo assim que os outros componentes autônomos da demanda também cresçam (THIRLWALL, 1983; LAMONICA; FEIJÓ, 2011). Como o setor industrial possui certo grau de componentes importados para a produção de seus bens, o país necessita de divisas suficientes para pagar as importações necessárias. Assim, como as exportações são as principais geradoras dessas divisas, precisam crescer, no mínimo, ao mesmo ritmo das importações. Nesse sentido, o crescimento de longo-prazo depende da capacidade de um país manter a competitividade de suas exportações, que, por sua vez, depende da contínua elevação da produtividade na indústria (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

Ainda segundo Lamonica e Feijó (2011, p. 123), “de acordo com as ideias de Kaldor, as economias em desenvolvimento deveriam adotar uma política de acumulação de capital como meio de acelerar o crescimento” e que para sustentar o crescimento de longo-prazo, “o desenvolvimento de um setor industrial avançado tecnologicamente é fundamental”.

A estrutura produtiva apresenta um papel central na determinação do regime de crescimento (LAVOIE; STOCKHAMMER, 2012; CIMOLI *et al.*, 2017), pois é nela onde ocorrem as interações entre os diversos agentes que compõem a economia e que podem resultar em transformações estruturais dentro da mesma. A mudança estrutural está relacionada com inovações e mudança tecnológica, pois existem setores dentro da estrutura produtiva em que a mudança tecnológica ocorre com maior facilidade, e, posteriormente, difunde-se aos demais setores da economia. Também há uma relação inversa, na qual a

inovação tecnológica conduz a uma mudança estrutural, dando origem a novos métodos de produção e novos setores (FOSTER-MCGREGOR; KABA; SZIRMAI, 2015). Ambos os vetores irão ter como resultado impactos na produtividade das atividades, na composição do emprego, e conseqüentemente na distribuição da renda tanto em nível funcional, quanto em nível pessoal.

A heterogeneidade estrutural ajuda a compreender os impactos da composição da estrutura produtiva e de seus aspectos qualitativos em outros parâmetros econômicos. Tal conceito diz respeito ao nível de especialização ou diversificação de uma estrutura produtiva, onde segundo a abordagem estruturalista, os países periféricos tendem a se especializar majoritariamente em setores de baixa produtividade, absorvendo grande parte da oferta de trabalho, e as poucas atividades dotadas de produtividade elevada, apresentam baixo nível de ocupação. Por outro lado, nos países centrais, a diversificação da estrutura produtiva proporciona níveis de produtividade mais equilibrados entre as diferentes atividades, e uma parcela muito maior da população é empregada em atividades mais produtivas. O impacto da dicotomia entre especialização ou diversificação nos países centrais e periféricos se reflete principalmente nos níveis de produtividade agregada e potencial de crescimento sustentado no longo prazo (AREND; SINGH; BICHARA, 2016).

São dois os aspectos a serem considerados ao se analisar a mudança estrutural e sua habilidade em gerar crescimento, especialização ou diversificação e industrialização ou desindustrialização.

Dentro da teoria econômica, temos que a industrialização – normalmente representada pela parcela da manufatura no valor agregado gerado e emprego – apresenta uma curva com formato U-invertido com o grau de desenvolvimento apresentado pelo país – geralmente associado com o nível de renda per capita. Essa parcela tende a aumentar quando um país começa a crescer a partir de baixos níveis de desenvolvimento. Atingindo seu máximo em níveis intermediários de renda, e subseqüentemente declina conforme o setor de serviços se torna cada vez mais importante em altos níveis de renda per capita (FOSTER-MCGREGOR; KABA; SZIRMAI, 2015). Usando dados sobre o emprego e o valor agregado, cobrindo uma grande variedade de países em vários níveis de desagregação, Imbs e Wacziarg (2003) fornecem evidências sólidas de que as economias crescem através de duas etapas de diversificação. Na primeira, a diversificação setorial aumenta até certo nível de renda per capita alcançável. A partir daí inicia-se a segunda etapa, ponto além do qual a distribuição setorial da atividade econômica começa a se concentrar novamente. De modo que, a concentração setorial segue um padrão em forma de U em relação à renda per capita.

Existe uma heterogeneidade estrutural que caracteriza a periferia, existindo grandes diferenças na produtividade do trabalho entre os setores da economia e dentro de cada setor. Estas diferenças são suficientemente marcadas para segmentação do sistema de produção e do mercado de trabalho, em estratos cujas condições tecnológicas e de renda são fortemente assimétricas (CIMOLI; PORCILE, 2013).

Pela teoria das vantagens comparativas, “o sucesso no desenvolvimento econômico está associado com a especialização em uma estreita faixa de atividades. Por outro lado, muitas teorias argumentam que o desenvolvimento econômico envolve um processo de diversificação de setores, atividades e exportações” (FOSTER-MCGREGOR; KABA; SZIRMAI, 2015, p. 5). Na visão de De Medeiros e Trebat (2016), a especialização dependeria da existência de recursos naturais, de tecnologia e tamanho de mercado.

Economias que não possuem recursos naturais ou grande mercado interno (...) não possuem alternativa a não ser produzir e exportar bens manufaturados (...). A pressão pela necessidade em exportar bens manufaturados não existe em economias ricas em recursos naturais com um mercado doméstico grande (...), os quais podem produzir bens primários e industriais tanto para o mercado doméstico quanto para o mercado externo. (...). Países com recursos naturais e mercados internos pequenos (...) tendem a se especializar em exportações primárias (DE MEDEIROS; TREBAT, 2016, p. 11-12).

Contudo, há certo consenso dentro da literatura não-neoclássica em que demasiada especialização resultaria em vulnerabilidade a choques externos, além de fazer com que a economia enfrente uma maior dificuldade para sustentar um crescimento de longo-prazo, enquanto a diversificação está associada à sofisticação e maior geração de conhecimento, e ainda torna a economia mais resiliente aos choques externos (FOSTER-MCGREGOR; KABA; SZIRMAI, 2015; DE MEDEIROS; TREBAT, 2016; CIMOLI *et al.*, 2017).

Cimoli *et al* (2017) define a estrutura produtiva a partir de dois atributos, diversificação e no uso intensivo de conhecimento (DKI⁹). A razão para esses autores definirem a estrutura produtiva desta maneira, recai na importância do DKI para a produtividade e crescimento econômico. Primeiro, a produtividade – assim como seu crescimento – tende a ser maior nos setores com alta intensidade de conhecimento, carregando em fortes implicações para a geração de inovação, processos de aprendizagem e consequentemente aumento da produtividade média. Segundo, países com maiores níveis de DKI serão mais competitivos nos mercados domésticos e externos, dando-lhes a capacidade de continuar ou expandir sua parcela dentro da economia internacional. Como resultado, o crescimento tende a ser mais persistente e estável. O contrário ocorreria com um país com níveis menores de DKI, tendo maiores dificuldades de sustentar o crescimento no longo-prazo.

Seu impacto sobre a distribuição da renda ocorreria através da diminuição do desemprego, do subemprego e dos empregos de baixa produtividade no total – uma vez que os salários são extremamente baixos – e, por aumentar o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais, devido a uma alta e estável taxa de emprego. O arranjo institucional surgiria para definir os impactos da mudança estrutural sobre a desigualdade de renda entre os trabalhadores que podem a vir surgir com uma possível segmentação do mercado de trabalho entre o setor moderno e tradicional (CIMOLI *et al.*, 2017).

A Tabela (2) resume a discussão entre estrutura produtiva e arranjo institucional.

Tabela 2 – Padrões de crescimento resultantes das interações entre estrutura produtiva e arranjo institucional

		Instituições pró-trabalho						
		Fracas			Fortes			
Estrutura produtiva	Alto DKI	(A)	Crescimento sustentável e baixa desigualdade intermediária	(B)	Crescimento sustentável e baixa desigualdade			
	Baixo DKI	(C)	Crescimento insustentável e alta desigualdade	(D)	Crescimento insustentável e alta desigualdade intermediária			

Fonte: Cimoli *et al* (2017).

Conforme apontado por Cimoli *et al* (2017, p. 672), “os pontos (B) e (C) são considerados casos de equilíbrios opostos, um no qual reproduz um processo de baixa mudança estrutural, baixo aprendizado e desigualdade substancial, e outro que sustenta um padrão de rápido crescimento da produtividade com baixa desigualdade”. Os pontos (A) e (D) não podem ser considerados estáveis, pois no primeiro os altos níveis de produtividade e emprego irão fortalecer a ideia de que o país deve prestar mais atenção ao bem-estar e proteção daqueles que foram ‘deixados para trás’ ao longo do processo de desenvolvimento, ou seja, as políticas adotadas nesses tipos de países incentivam o aumento do gasto social e o fortalecimento de políticas distributivas pró-trabalho. O caminho natural é a transição do ponto (A) ao ponto (B).

No segundo caso, o baixo dinamismo da economia com baixa produtividade e elevada desigualdade, ao primeiro momento de dificuldades econômicas, tende a pressionar o sistema político. A instabilidade política e econômica se reforça mutuamente, esta última enfraquece um consenso da sociedade em prol de uma política distributiva de renda mais igualitária, e a primeira acaba por minar os esforços na realização de uma mudança estrutural e distributiva – devido ao conflito existente entre salários e lucros, as elites mobilizarão massivos recursos econômicos contra leis e políticas que contradizem seus interesses. O caminho mais provável nesse caso, “a menos que um amplo consenso em torno de políticas de produtividade possa ser gerado” (CIMOLI *et al.*, 2017, p. 672), o qual poderia fazer com que o país experimentasse a transição de (D) para (B), “há uma chance de que turbulências políticas e econômicas levem o país de volta ao ponto (C)” (CIMOLI *et al.*, 2017, p. 672).

4 As alternativas propostas para o desenvolvimento brasileiro

Com o fracasso do neoliberalismo e da macroeconomia neoclássica em fundamentar políticas econômicas capazes de viabilizar um processo de crescimento sustentável, e mais que isso, que levasse ao

⁹ Sigla em inglês para *Diversification and Knowledge-Intensity*.

desenvolvimento econômico – em especial na América Latina – levou a críticas de suas concepções e à derrota das coalizões políticas que a sustentavam. Após a virada do século – na América Latina e no Brasil – houve uma retomada do crescimento econômico com melhoria da distribuição da renda, “resultantes não só de um contexto internacional benigno, mas de outras práticas de política econômica progressivamente mais distantes do neoliberalismo” (CARNEIRO, 2012, p. 767). Esse fator deu suporte ao ressurgimento do pensamento desenvolvimentista no Brasil.

O desenvolvimentismo pode ser entendido como uma estratégia de superação do subdesenvolvimento pelos países periféricos, ou como Bresser-Pereira já o caracterizava, como uma “ideologia que coloque como principal objetivo o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 206 *apud* FONSECA, 2014, p. 8), ou mais recentemente como “um conjunto de instituições e de políticas orientadas para o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 13), ou de uma maneira mais geral:

(...) entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2014, p. 28).

Atualmente, são duas as principais vertentes que procuram desenvolver uma estratégia desenvolvimentista, são elas o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. Como apontado por Carneiro (2012) e Bastos (2012), elas possuem origens diversas, tanto na academia quanto na esfera política.

O novo-desenvolvimentismo está associado com os trabalhos de Bresser-Pereira (2004; 2006; 2011) – também foi desenvolvido em coautoria por Gala (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010), e mais recentemente por Oreiro (2012) – e seria uma proposta adaptada para o atual estágio de desenvolvimento brasileiro (BRESSER-PEREIRA, 2004). A principal recomendação é que a economia seja orientada para a demanda externa – ou seja, às exportações – mais ainda, é explícito nesses autores a ideia de “mais investimento e menos consumo” (FERRARI FILHO; FONSECA, 2015, p. 99), que é típico de um padrão de crescimento *export-led*, ou de um regime do tipo *profit-led*. A implantação dessa estratégia irá requerer uma política cambial ativa de modo a garantir uma taxa de câmbio competitiva para o equilíbrio industrial, ou seja, “para a capacidade de diversificação da indústria em direção aos ramos tecnologicamente mais avançados” (BASTOS, 2012, p. 788).

A política industrial, segundo Bresser-Pereira (2012), é limitada a dar apoio temporário às empresas exportadoras capazes de atingir uma competitividade, de níveis internacionais, para se sustentarem sozinhas. É pregada uma política fiscal responsável – superavitária – tendo o Estado como papel fundamental o de apoiar o mercado na alocação eficiente dos recursos, através da estabilidade de preços macroeconômicos e da sustentação da demanda. Tal estabilidade também irá requerer uma política salarial que promova a moderação salarial – o salário real seria vinculado com a produtividade do trabalho – a qual garantiria a estabilidade da distribuição da renda de longo-prazo (OREIRO, 2012). Para a viabilidade dessa proposta, em uma economia aberta, exigiria um câmbio desvalorizado, cujo reflexo de curto-prazo indica salários reais menores, juntamente com uma política de moderação salarial, o padrão de crescimento novo-desenvolvimentista acena para uma distribuição mais favorável para os lucros do que aos salários (BRESSER-PEREIRA, 2012). Para esses autores, a ocorrência de uma mudança estrutural é consequência da adoção de uma taxa de câmbio competitiva, é assumida a premissa de que a demanda pela produção industrial sempre existe nos países em desenvolvimento, requerendo apenas uma taxa competitiva de câmbio para transformá-la em demanda efetiva (DE MEDEIROS; TREBAT, 2016).

Como consequência, o ‘*mix*’ de políticas econômicas inclina para o prevalecimento de políticas distributivas pró-capital – o que em nossa linha teórica desenvolvida na segunda seção, o *export-led* promoveria um processo de crescimento sustentável apenas se o regime de crescimento se encontra como *profit-led* – e a partir do controle de uma taxa de câmbio competitiva aliada com o arranjo institucional proposto, atingir o ponto (A) – conforme na conceituação proposta na Tabela (2).

O social-desenvolvimentismo tem seus expoentes com Bielschowsky (2001; 2012), Carneiro (2012) e Bastos (2012). Sua ideia chave é o modelo de crescimento com redistribuição de renda e

consumo de massas, a qual é identificada como sendo capaz de estabelecer um círculo virtuoso, como formula Bielschowsky:

(...) *i*) o aumento do consumo provoca a expansão dos investimentos que se traduzem em aumento de produtividade e competitividade pelas vias de mais equipamentos por trabalhador, conhecimento, aprendizado e inovação e economias de escala (da produção em massa); *ii*) a elevação da produtividade transmite-se equilibradamente a lucros e rendimentos das famílias trabalhadoras pelo aumento de salários, redução de preços dos bens e serviços e aumento dos gastos sociais; *iii*) esses rendimentos transformam-se em consumo popular continuamente ampliado; *iv*) essa ampliação provoca uma nova expansão dos investimentos (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 739).

Vale ressaltar ainda que, para esses autores, o sucesso da estratégia dependeria da criação suficiente de empregos, disponibilidade de recursos fiscais e atenuação da restrição externa e que, superadas essas barreiras seria possível estabelecer um círculo virtuoso do crescimento por meio de aumento de salários que induzem o aumento do consumo, provocando aumento de investimento em capitais que induzem o aumento da produtividade e conseqüentemente aumento de salários, e assim, recomeçando o ciclo.

A problemática do emprego seria resolvida pelo próprio perfil de crescimento – assumido como *wage-led* – a elevação dos salários impactaria positivamente sobre o consumo e o investimento, cuja articulação asseguraria o crescimento da demanda agregada e com isso o fortalecimento sobre as expectativas de lucro dos empresários que iriam reagir de forma positiva, aumentando emprego e produção. O papel do Estado é central em criar coesão econômica, política e em níveis ideológicos, como influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos, através do investimento público direto ou de apoio ao investimento privado através da redução do risco e provimento de financiamento de longo-prazo. No que tange à restrição externa, a ideia central era a de que ela seria mitigada pelo próprio perfil de crescimento, ou seja, “a distribuição da renda e o padrão daí resultante implicariam menor elasticidade renda das importações” e “a ampliação da base produtiva e os ganhos de produtividade assegurariam a competitividade das exportações” (CARNEIRO, 2012, p. 774). A diversificação industrial é esperada como efeito resultante do aumento da demanda e produção de bens de massa, pois estes possuem importantes encadeamentos produtivos, tanto ‘para frente’ quanto ‘para trás’.

Assim, para os sociais-desenvolvimentistas apesar de considerarem três motores¹⁰ para a economia brasileira, “sob o ponto de vista dos determinantes do crescimento, a ampliação do consumo de massas fundada na redistribuição da renda seria o fator dinâmico primordial” (CARNEIRO, 2012, p. 774), conforme o ciclo virtuoso esperado. Podemos concluir que o ‘*mix*’ de políticas dessa vertente está mais inclinada às políticas distributivas pró-trabalho, além de se estabelecer como um padrão de crescimento *domestic demand-led* em um regime de crescimento *wage-led*, com o objetivo de se atingir o ponto (B).

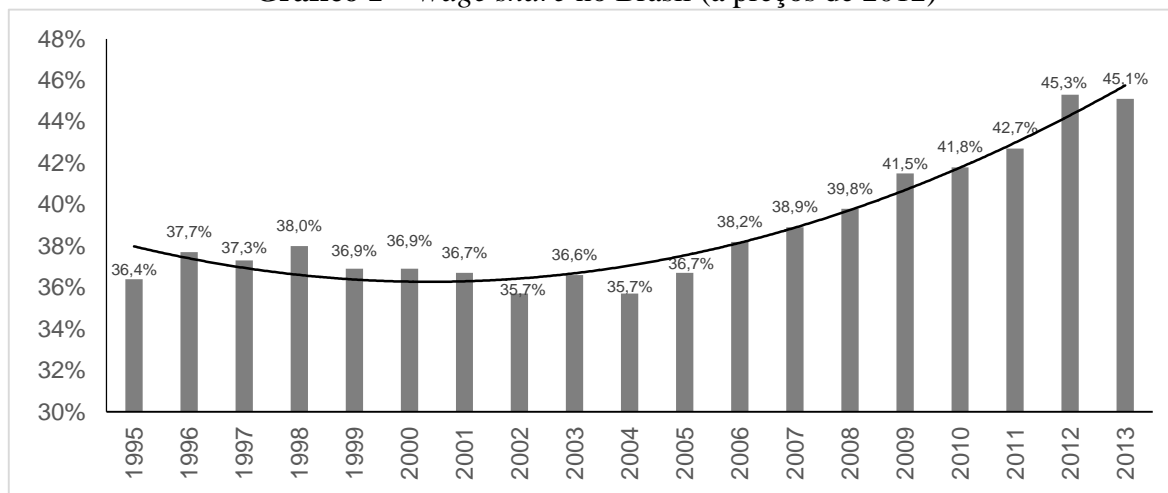
5 Uma análise da economia brasileira

Diferente do desenvolvimento brasileiro ocorrido durante o milagre econômico, o crescimento brasileiro recente, pós anos 2000, foi acompanhado por uma melhora na distribuição da renda e teve como principal variável indutora o crescimento do mercado interno – através do consumo – puxado pelo aumento na renda real devido às políticas de valorização do salário mínimo e às políticas de transferências de renda e gastos sociais. Na visão de Ferrari Filho e Paula (2016, p. 783), “estariamos diante de um crescimento puxado pelo consumo final ou de um caso típico de *wage-led growth*”. Os autores destacam três fatores que contribuíram para que o consumo das famílias fosse uma variável chave entre 2000 a 2014: *i*) a manutenção de taxas relativamente baixas de inflação; *ii*) a recuperação do poder de compra do salário mínimo; e *iii*) as transferências governamentais voltadas às faixas de mais baixa renda.

¹⁰ Bielschowsky (2012) considera *i*) o amplo mercado interno de consumo de massa, *ii*) a demanda por recursos naturais e *iii*) a demanda por investimentos em infraestrutura, como sendo os três motores do desenvolvimento da economia brasileira.

Podemos ver no Gráfico (1), um aumento significativo da participação salarial na renda nacional, saindo de um patamar que vinha com certa estabilidade em torno de 36% em 1995-2005, atingindo mais de 45% em 2012-2013. Houve, portanto, “clara tendência de aumento da participação dos salários na renda durante o período 2004-2012, em função do aumento dos salários acima da elevação da produtividade do trabalho, sugerindo a prevalência de um regime do tipo *wage-led*” (FERRARI FILHO; PAULA, 2016, p. 784) no período recente da economia brasileira.

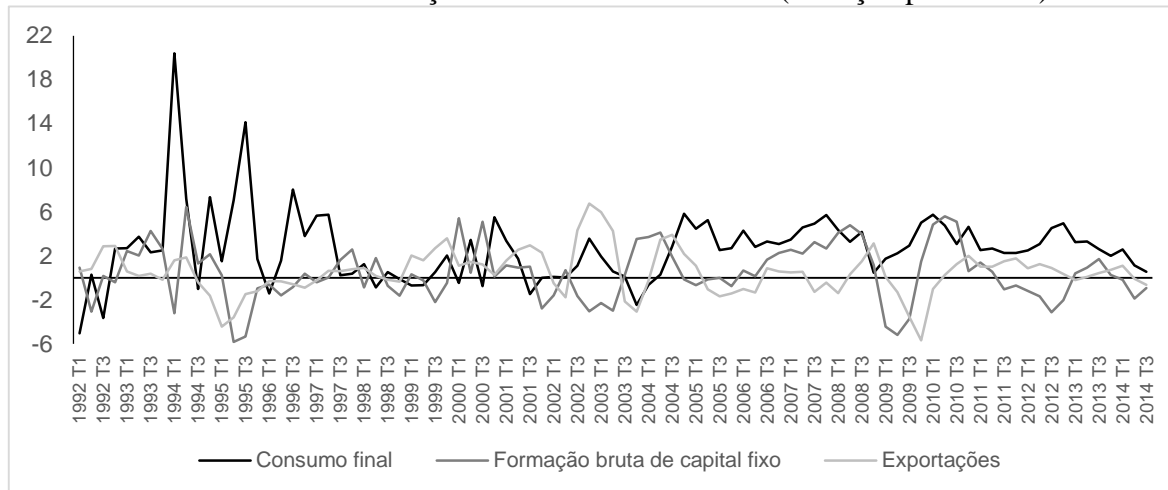
Gráfico 1 – Wage share no Brasil (a preços de 2012)



Fonte: Ferrari Filho e Paula (2016).

No Gráfico (2), vemos que o consumo final foi a variável da demanda agregada que mais contribuiu para o crescimento da economia brasileira no período 2004-2014, o que reforça a ideia de crescimento puxado pela demanda, ou *domestic demand-led*.

Gráfico 2 – Contribuição no crescimento do PIB (variação percentual)



Fonte: Ipeadata (2017).

Não há consenso entre os trabalhos econométricos acerca do tema, e especialmente para o Brasil, há poucos estudos que demonstram claramente se o regime de crescimento brasileiro é do tipo *profit-led* ou *wage-led* – a explicação mais plausível para este fato é a pouca disponibilidade de dados estatísticos (TOMIO, 2017). Contudo, a maior parte indica um regime do tipo *wage-led*¹¹.

No trabalho de Hein e Mundt (2012), os autores classificaram a economia brasileira de 2000 a 2008, pertencente a um padrão de crescimento *weakly export-led* – ou seja, houve balanço financeiro superavitário do setor externo, contudo com contribuição negativa das exportações líquidas ao crescimento. Para os autores isso se deve ao fato da força do mercado interno que países desse tipo de

¹¹ Os trabalhos econométricos considerados foram: Bruno (2003), Araújo e Gala (2012), Oreiro e Araújo (2013), Feijó, Lamônica e Bastos (2015) e Tomio (2017).

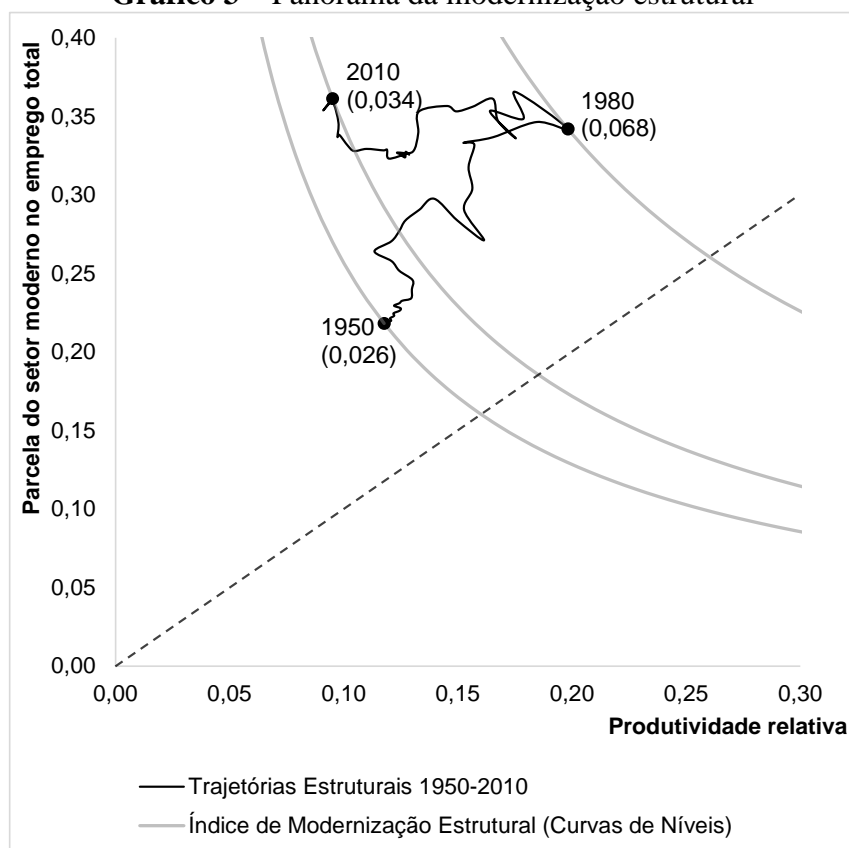
classificação apresentam. Como já dissemos, a economia brasileira apresentou aumento da parcela de salários na renda nacional e o consumo final foi o grande contribuidor para o crescimento, entretanto Hein e Mundt (2012) ressaltam que devido a problemas quanto à disponibilidade de base de dados, não podemos afirmar se o crescimento do consumo foi sustentado pelo aumento da riqueza das famílias ou pela contração de dívidas das mesmas. No mais, as evidências sugerem um regime do tipo *wage-led*.

Identificado o provável regime de crescimento da economia brasileira, partimos à análise da estrutura produtiva através dos aspectos mencionados na seção 3, diversificação e industrialização, de modo a caracterizar a estrutura produtiva da economia brasileira conforme o apresentado na Tabela (2).

O índice de modernização estrutural¹², apresentado no Gráfico (3), relaciona duas dimensões centrais do processo de desenvolvimento: *a*) mudança estrutural, representada pela parcela de trabalho empregado pelo setor moderno sobre o emprego total; e *b*) *catch-up* tecnológico, representado pelo nível relativo de produtividade nacional frente à produtividade apresentada na fronteira mundial – também podendo ser chamado de nível de competitividade internacional.

O índice revela que a economia brasileira passou por duas fases de modernização estrutural, a primeira de 1950 a 1980 onde de fato o país apresentou ganhos de produtividade relativa com mudança estrutural na composição do emprego em favor do setor moderno, e a segunda de 1980 até 2010 onde o país manteve sua composição estrutural de emprego, mas viu aumentar seu *gap* tecnológico.

Gráfico 3 – Panorama da modernização estrutural



Fonte: Timmer, de Vries e de Vries (2016); World DataBank (2018) e cálculos dos autores.

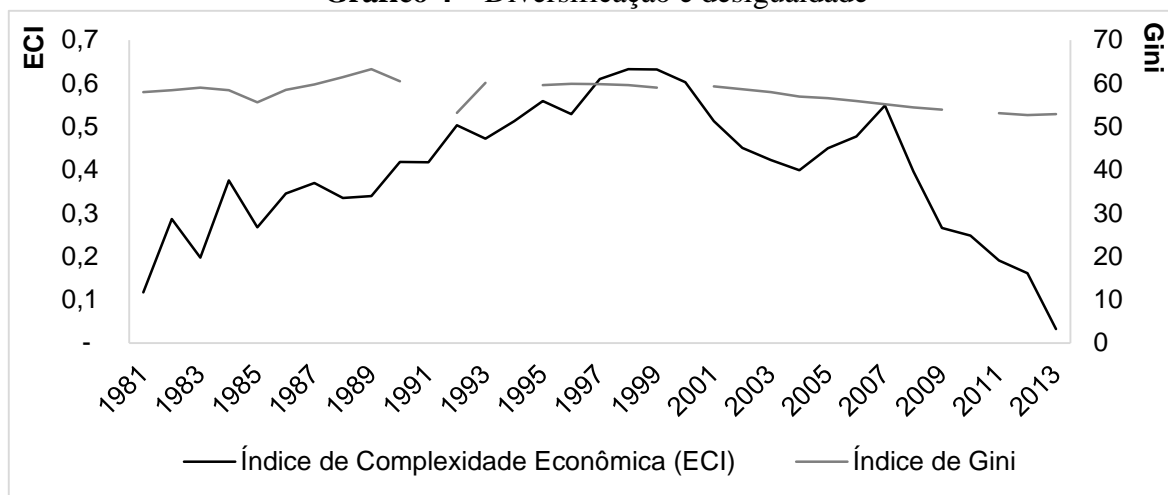
O Brasil se encontra em uma situação intermediária, conforme identificado por Lavopa e Szirmai (2014, p. 34), a economia brasileira foi “capaz de superar a pobreza e as armadilhas ao desenvolvimento de renda média-baixa, mas não foi capaz de ir adiante”. O principal desafio recai especialmente sobre a dimensão tecnológica – como pode ser visto no Gráfico (3), a trajetória estando localizada do lado esquerdo da linha de 45° (linha pontilhada), aponta que ganhos de produtividade são relativamente mais importantes do que aumentos na parcela de emprego do setor moderno, indicando assim, que a dimensão

¹² Para saber mais sobre sua metodologia de construção, ver Lavopa e Szirmai (2014).

referente ao *gap* tecnológico necessita de urgência melhora para se aumentar o nível de modernização estrutural brasileira.

Quanto à diversificação em DKI e desigualdade de renda da economia brasileira, o Gráfico (4) aponta que o Brasil apresenta atualmente uma economia com estrutura simples, ou de baixo DKI (ECI de 0,03 em 2013), com uma desigualdade intermediária (Gini de 52,9 em 2013).

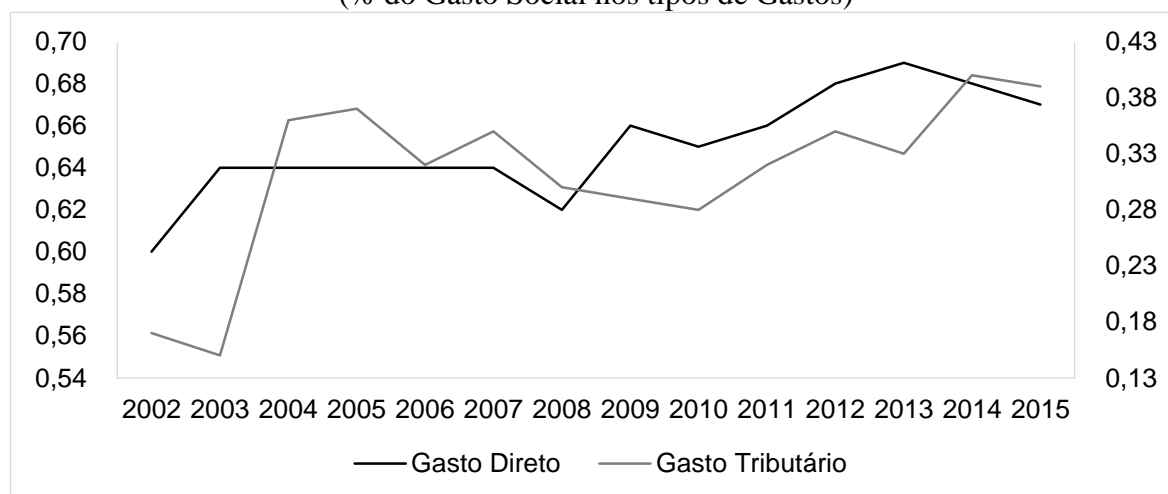
Gráfico 4 – Diversificação e desigualdade



Fonte: Simoes e Hidalgo (2011) e World DataBank (2018).

Ademais vale ressaltar que a queda verificada pelo índice de Gini no período recente (de 58,6 em 2002 para 52,9 em 2013) corrobora com o argumento de crescimento com melhora da distribuição da renda, ou crescimento redistributivo, conforme dito anteriormente. Além do mais, conforme os Gráficos (5) e (6), observamos um crescimento expressivo do gasto social no período recente, com aumento de 4,6% do PIB, 7,4% do gasto direto e 21% do gasto tributário, o que nos leva a crer que a sociedade brasileira optou por instituições orientadas a políticas distributivas pró-trabalho, entretanto nada pode se afirmar quanto à ‘força’ dessas instituições.

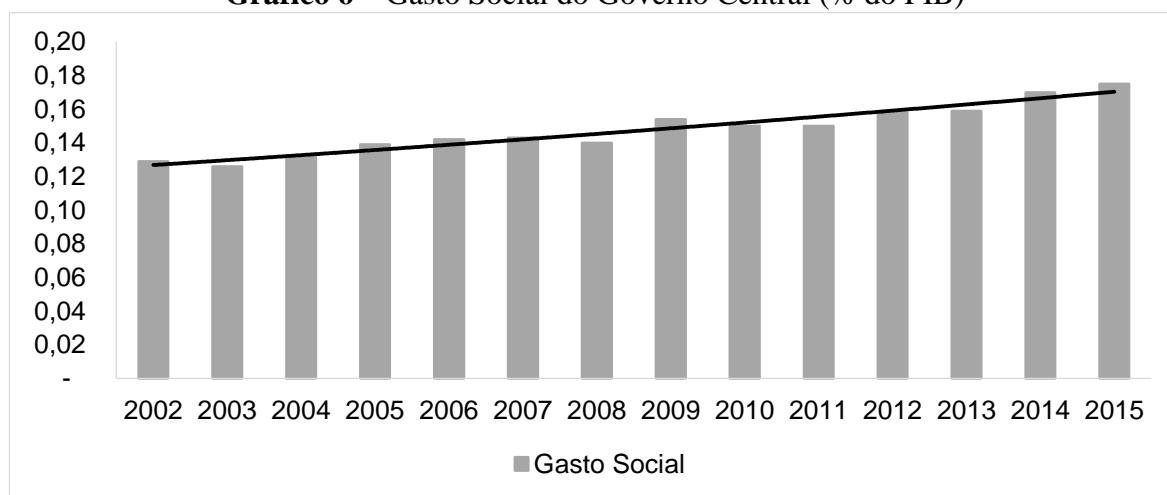
**Gráfico 5 – Gasto Direto e Tributário do Governo Central
(% do Gasto Social nos tipos de Gastos)**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2017).

Deste modo, podemos enquadrar a economia brasileira, conforme a Tabela (2), na parte inferior da matriz (referente a baixo DKI), e apesar não termos uma medida referente à força institucional, como a economia apresenta um índice de Gini de desigualdade intermediária, aliado com o recente aumento dos gastos sociais pelo governo central, nos indica que o país apresentaria um padrão referente ao ponto (D).

Gráfico 6 – Gasto Social do Governo Central (% do PIB)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2017).

Posto isso, resgatamos nossas conclusões sobre as vertentes desenvolvimentistas apresentadas. Os novos-desenvolvimentistas se identificam como um padrão de crescimento do tipo *export-led* em um regime de crescimento *profit-led*, além de suas políticas distributivas estarem inclinadas a serem do tipo pró-capital. Entendemos que a estratégia sugerida por eles, visa obter como resultado uma estrutura produtiva com alto nível de DKI e uma desigualdade intermediária de renda. Nesse sentido, caso o regime da economia brasileira for *wage-led* a perda no consumo decorrente da compressão da parcela dos salários superaria qualquer que seja o ganho decorrente do setor externo e como já apontado na seção (2), a economia brasileira tenderia a estagnação ou a um comportamento instável de crescimento relacionado aos ciclos internacionais de comércio – por exemplo, o ciclo de *boom* das *commodities* – a trajetória de transição mais provável da estrutura produtiva seria seu regresso para o equilíbrio do ponto (C). Se de fato o regime for *profit-led*, a economia brasileira deverá apresentar no curto e médio-prazo um crescimento robusto e sustentável. Contudo, a estratégia encontrará limites no longo-prazo devido à compressão dos salários – ou seja, em determinado momento a estrutura distributiva tenderá a estabilidade – tendendo à estagnação. Este seria o ponto (A), o desenvolvimento ainda não estaria completo, requerendo uma segunda fase de modo a fazer com que a economia faça a transição para o ponto (B).

Na outra ponta, encontram-se os sociais-desenvolvimentistas, com uma estratégia voltada ao mercado interno para um regime *wage-led* com políticas pró-trabalho, com uma estratégia que visa obter uma estrutura produtiva com alto nível de DKI e uma baixa desigualdade de renda. Novamente, caso o regime da economia brasileira for *profit-led*, a queda no investimento decorrente de menores margens de lucro, pelo aumento dos custos e maiores importações, compensariam qualquer ganho advindo de um maior consumo advindo do aumento da parcela de salários, e a economia brasileira apresentaria um comportamento instável de crescimento ou estagnação econômica, apresentando uma trajetória de regresso para o equilíbrio do ponto (C). Se de fato o regime for *wage-led*, o crescimento de curto e médio-prazo deverá ser sustentável. Entretanto, assim como a primeira vertente, também apresenta limites no longo-prazo, pois isso implicaria taxa de lucro zero. Existe certo nível da parcela de salários na renda nacional que gera maior crescimento; todavia, a partir de algum limite, o crescimento tende a se estagnar ou a desacelerar. A economia brasileira só conseguiria atingir o ponto (B) caso realmente consiga realizar transformações significativas em sua estrutura produtiva de modo a conseguir ganhos de produtividade e diversificação (maiores níveis de DKI), do contrário é esperado que ao esbarrar com os limites de longo-prazo ocorra aumento das tensões do sistema político (conflito distributivo) de modo que a economia regresse ao ponto (C) de equilíbrio.

6 Considerações finais

Neste trabalho procuramos argumentar que independente da estratégia de desenvolvimento adotada, seu resultado dependerá da compatibilidade entre o conjunto de políticas previstas com o regime de crescimento determinado pela estrutura distributiva que a economia apresenta. Para isso vimos que a distribuição da renda é um resultado de um complexo processo econômico e social dependente da estrutura econômica e institucional, e suas interações. O governo pode ativamente participar desse processo por meio de políticas econômicas que visam alterar ou manter determinada estrutura. Da interação entre o regime de crescimento e o conjunto políticas adotadas surge o que definimos como padrão de crescimento, este podendo ser sustentável ou tendendo a estagnação ou instabilidade. Também vimos que, ao se considerar a estrutura produtiva e as instituições na análise, o sucesso do processo de desenvolvimento econômico passa a depender não somente da adequação entre regime e políticas econômicas, mas também da diversificação e da diminuição do *gap* tecnológico de modo a superar as barreiras de longo-prazo apresentada por cada tipo de regime de crescimento.

Para a economia brasileira, duas propostas de desenvolvimento foram analisadas: os novos-desenvolvimentistas e os sociais-desenvolvimentistas. Apesar de ambos terem nascidos de dentro da heterodoxia nacional, suas propostas são divergentes. Os primeiros se veem ancorados em um processo de crescimento através das exportações e possuem um conjunto de políticas orientadas ao capital. Por outro lado, os segundos recomendam um conjunto de políticas voltadas ao trabalho e entendem que o processo de crescimento deve ser liderado pelo consumo de massas.

Em nosso entendimento, a partir do que foi apresentado na seção anterior, a economia brasileira possui um regime de crescimento do tipo *wage-led*, uma estrutura produtiva pouco diversificada, com baixa produtividade e desigualdade intermediária de renda. Este fato, aliado com a desaceleração no comércio internacional e na intensa competitividade entre os países em desenvolvimento, entendemos que políticas voltadas ao mercado interno e a um maior investimento em capacidades tecnológicas constituem uma estratégia muito mais confiável para promover um crescimento sustentável com equidade do que uma estratégia voltada para as exportações com supressão salarial.

7 Referências

- ARAÚJO, E.; GALA, P. Regimes de crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas e implicações de política. **Estudos Avançados**, v. 26, p. 41-56, 2012.
- AREND, M.; SINGH, G. L.; BICHARA, J. D. S. **Mudança estrutural redutora da produtividade: o falling behind brasileiro**. 44º Encontro de Economia. Foz do Iguaçu: Anpec. 2016.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novodesenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 779-810, Dez. 2012.
- BHADURI, A.; MARGLIN, S. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 14, n. 4, p. 375-393, 1990.
- BIELSCHOWSKY, R. Anotações sobre a estratégia de crescimento pelo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006. **Instituto da Cidadania**, São Paulo, 2001.
- _____. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 729-747, Dez. 2012.
- BOWLES, S.; BOYER, R. Wages, aggregate demand, and employment in an open economy: an empirical investigation. In: EPSTEIN, G.; GINTIS, H. **Macroeconomic policy after the conservative era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 143-171.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

- _____. Novo-desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 19/9, 2004.
- _____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.
- _____. An account of new developmentalism and the structuralist macroeconomics. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 493-502, 2011.
- _____. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. **Desenvolvimento econômico e crise - ensaios em comemoração aos oitenta anos de Maria da Conceição Tavres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 663-686, Outubro-Dezembro 2010.
- BRUNO, M. **Regimes de crescimento, mudanças estruturais e distribuição na economia brasileira (1970-2001)**. VIII Encontro Nacional de Economia Política. Florianópolis: SEP, junho 2003.
- CARNEIRO, R. D. M. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 749-778, Dez. 2012.
- CARVALHO, L.; KUPFER, D. Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 618-637, 2011.
- CIMOLI, M. et al. Productivity, social expenditures and income distribution in Latin America. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 660-679, Outubro-Dezembro 2017.
- CIMOLI, M.; PORCILE, G. Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: una caja de herramientas estructuralistas. **Desarrollo Productivo**, v. 194, 2013.
- DE MEDEIROS, A. C.; TREBAT, N. Latin America at a crossroads: controversies on growth, income distribution and structural change. **Centro Sraffa Working Paper**, v. 22, Outubro 2016.
- FEIJÓ, C. A.; LAMONICA, M. T.; BASTOS, J. C. A. Accumulation pattern of the brazilian economy in the 1990s and 2000s. **International Review of Applied Economics**, v. 29, n. 1, p. 15-31, 2015.
- FERRARI FILHO, F.; FONSECA, P. C. D. Which developmentalism? a keynesian-institutionalist proposal. **Review of Keynesian Economics**, v. 3, n. 1, p. 90-107, Spring 2015.
- FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 775-807, 2016.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.
- FOSTER-MCGREGOR, N.; KABA, I.; SZIRMAI, A. Structural change and the ability to sustain growth. **Inclusive and Sustainable Industrial Development Working Paper Series**, Viena, v. 19, 2015.
- HEIN, E. Finance-dominated capitalism, re-distribution and the financial and economic crises - a european perspective. **Working Paper**, Berlim, n. 14, Julho 2012.
- HEIN, E.; MUNDT, M. Financialisation and the requirements and potentials for wage-led recovery - a review focusing on the G20. **Conditions of Work and Employment Series**, Genebra, n. 37, 2012.
- HEIN, E.; VOGEL, L. Distribution and growth reconsidered: empirical results for six OECD countries. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 32, p. 479-511, 2008.
- IMBS, J.; EACZIARG, R. State of diversification. **American Economic Review**, v. 93, n. 1, p. 63-86, 2003.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata**, 2017. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: Dezembro 2017.

- LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), p. 118-138, Janeiro-Março 2011.
- LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. Wage-le growth: concept, theories and policies. **Conditions of Work and Employment Series**, Genebra, n. 41, 2012.
- LAVOPA, A.; SZIRMAI, A. Structural modernization and development traps: an empirical approach. **UNU-MERIT Working Paper Series**, v. 76, 2014.
- MARGLIN, B.; SCHOR, J. **The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience**. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- MCMILLAN, M. S.; RODRIK, D. **Globalization, structural change and productive growth**. National Bureau of Economic Research. Cambridge. 2011.
- NAASTEPAD, C. W. M.; STORM, S. OECD demand regimes (1960-2000). **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 29, p. 211-246, 2007.
- ONARAN, Ö.; GALANIS, G. Is aggregate demand wage- or profit-led? national and global effects. **Conditions of Work and Employment Series**, Geneva, n. 31, 2012.
- OREIRO, J. L. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 29-40, 2012.
- OREIRO, J. L.; ARAÚJO, E. Exchange rate misalignment, capital accumulation and income distribution: theory and evidence from the case of Brazil. **Panoeconomicus**, v. Special Issue, p. 381-396, 2013.
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Gasto social do governo central de 2002 a 2015**. Tesouro Nacional. Brasília. 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>>.
- SIMOES, A. J. G.; HIDALGO, C. A. **The economic complexity observatory: an analytical tool for understanding the dynamics of economic development**. Workshops at the Twenty-Fifth AAI Conference on Artificial Intelligence. São Francisco: AAI. 2011. p. 39-42.
- THIRLWALL, A. P. A plain man's guide to Kaldor's laws. **Journal of Post Keynesian Economics**, Oxford, v. 5, n. 3, 1983.
- TIMMER, M. P.; DE VRIES, G. J.; DE VRIES, K. Patterns of structural change in developing countries. In: WEISS, J.; TRIBE, M. **Routledge Handbook of Industry and Development**. Nova Iorque: Routledge, 2016. p. 65-83. Base de dados e artigo disponíveis em: <<https://www.rug.nl/ggdc/productivity/10-sector/>>.
- TOMIO, B. T. **Understanding the brazilian economic growth regime: a keleckian approach**. X Encontro internacional da AKB. Brasília: AKB. 2017. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/130820120850546369_Bruno%20Thiago%20Tomio.pdf>.
- WORLD BANK. World Development Indicators. **World DataBank**, 2018. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&type=metadata&series=SI.POV.GINI>>. Acesso em: Fevereiro 2018.